

Agradecimento do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Alberto Amaral
26 de junho de 2023



Quero agradecer à Universidade do Amazonas e a todos os seus membros, na pessoa do seu Reitor, Professor Doutor Sylvio Mário Puga Ferreira, e dos seus anteriores Reitores, Professores Marcus Barros, Nelson Fraiji, Walmir Barbosa, Hidembergue da Frota e Márcia Silva a distinção que me concederam.

Esta cerimónia integra-se nas comemorações dos 30 anos de parceria entre a UFAM e a U. Porto e as magras razões para esta honraria devem-se, certamente, à minha contribuição para o estabelecimento dessa parceria no período em que fui reitor desta última universidade.

Na verdade, a criação de relações privilegiadas com os países de língua portuguesa foi sempre um desígnio fundamental da U. Porto, como definido nos seus primeiros estatutos e no Plano de Desenvolvimento da Universidade para o período 1994/1999. No caso particular das relações com a UFAM é minha obrigação destacar a contribuição essencial de duas pessoas, o Professor Olímpio Bento e o Professor Almir Liberato a quem muito agradeço essa preciosa ajuda.

Mas esta cerimónia é, também, a celebração do encontro de duas cidades, ambas nas margens de um rio, cidades tão diversas onde, no entanto, nos sentimos sempre em casa, cidades irmãs de países irmãos, unidas pela história, pela língua e pela cultura. De um lado o Porto, *“cidade de granito, lavada de chuvas e amaciada de nevoeiros”*, cidade como nos diz Helder Pacheco, *“de todos os fascínios, contradições e incongruências, que permanece, inconfundível e única, na austera e conflituosa vocação da sua perenidade”*. Do outro lado Manaus que, nas palavras de Celdo Braga, *“já nasceu bonita, singela, espetacular, deixou seu sangue nativo cruzar genes do além-mar, formando um povo que história tem muito para contar. Tornou-se palco de sonhos, musa, poema, canção, fez do Teatro Amazonas sua mais nobre expressão, cidade orgulho de todos no contexto da nação.”*

Quem como eu teve o privilégio de estar na Amazônia nunca mais a esquecerá. E permitam que recorra às minhas memórias para lembrar os passeios de barco no Rio Negro, o encontro das águas, o festival de Parintins, a ilha de Marajó, o Mercado de Ver-o-Peso, os passeios na floresta, as exposições de capoeira e tudo o resto.

E as inesquecíveis comidas do Amazonas, o pirarucu, o tambaqui, o tacacá, o caldo de piranha, o pato no tucupí, o açaí, o cupuaçu, etc., etc.

Isto sem esquecer as maravilhosas lendas índias como as da lara, do Boi-Bumbá, do Caipora, do Curupira, do Boto cor-de-rosa, do Sacipererê, do Boi tatá ou da Vitória régia.

Um dos pontos altos desta colaboração entre UP e UFAM foi, sem dúvida, a inesquecível organização em Manaus, em 1997, da exposição *Memórias da Amazônia: Expressões de Identidade e Afirmções Étnicas*, centrada em torno do espólio da “Viagem Filosófica” (1782-1791) do baiano radicado em Portugal, Alexandre Rodrigues Ferreira. Essa fascinante exposição incluía um conjunto de máscaras jurupixunas, troféus de guerra dos madurucuns, vasos de argila dos índios de Barcelos, arcos e flechas, etc.

Esta exposição materializou um sonho do então reitor da Universidade do Amazonas, o Professor Nelson Fraiji, esse homem que ama, como nenhum outro, esta região única do mundo e a quem devo muito do conhecimento que dela adquiri. Esta exposição teve lugar no Palácio do Rio Negro, de 3 de Abril a 3 de Junho e foi o resultado de muito trabalho. Ainda recordo as reuniões que com o Professor Nelson Fraiji tivemos no Palácio da Presidência em Brasília, nos Ministérios da Educação e da Cultura brasileiros, com o Governador do Estado do Amazonas, com o Prefeito de Manaus. Foi extenuante, mas o sonho nasceu.

Mas a Amazônia tem hoje de ser protegida, vítima do agro, do garimpo e da ganância. Muitas vezes ignorada pelos poderes públicos, sofre de progressivo desmatamento, do envenenamento das suas águas pelo garimpo e diversas permanentes agressões. Como diz Milton Hatoum, antigo professor da UFAM, no seu poema *O Fim que se aproxima*:

*Os que vivem no Cosmo há milênios
são perseguidos por mãos de ganância,
olhos ávidos: minério, fogo, serragem, fim.
Quem são vocês,
incendiários desde sempre,
ferozes construtores de ruínas?
Os que queimam, impunes, a morada ancestral,
projetam no céu mapas sombrios:
manchas da floresta calcinada,
cicatrices de rios que não renascem.*

Infelizmente, tal como com a Amazônia, também a Universidade terá que ser protegida desses movimentos que a querem tornar num instrumento da sociedade capitalista, mera ferramenta para treinar a mão-de-obra necessária para as empresas, reduzida de instituição social a uma organização prestadora de serviços.

O modelo neoliberal de universidade, que surgiu em muitos países desenvolvidos, deslocou o foco do ensino superior de uma educação liberal, acessível a todos, de banda larga, sem a urgência do tempo, no sentido de um maior foco vocacional, preocupado com a comercialização e mercantilização do ensino e da investigação em favor da indústria e das empresas.

O novo mantra do ensino superior transforma os estudantes em consumidores ou clientes, forçando as instituições a garantir a sua satisfação. Isto desloca o foco da educação do ensino para o consumo, esquecendo que a mera satisfação dos estudantes pode não ser compatível com os desafios intelectuais que são o objetivo real do ensino superior.

Mas também a atividade de investigação começa a ser condicionada por imperativos económicos e pelas preferências da administração. Clyde Barrow propõe o princípio da “racionalidade fictícia”, ou seja, a ideia que os administradores tomam decisões sobre temas de que não têm conhecimento adequado, procurando regular o trabalho dos académicos no sentido de uma maior eficiência, reduzindo os custos do trabalho intelectual que veem como um custo da organização em vez de um ingrediente indispensável da sua atividade. Neste sentido, a retórica da universidade, que até recentemente era baseada na qualidade científica e na liberdade académica, está a ser substituída pela da gestão e da eficiência, enquanto a universidade sofre pressões crescentes para adotar metodologias de gestão importadas das empresas. O resultado é a diminuição da liberdade académica e a redução do espírito crítico.

A centralidade das narrativas empreendedorismo/negócios e de mercado no ensino superior, ao submeter este aos princípios da performatividade e da relevância económica, suscita a previsão de Lyotard de que o velho princípio de que a aquisição do conhecimento é indissociável de educação das mentes (Bildung) ou mesmo dos indivíduos, está a tornar-se obsoleta e cada vez o será mais.

Na verdade, o mítico modelo do ensino universitário ligado à investigação, mais conhecido como “modelo de Humboldt”, foi alvo de ataque. Em 1997, Jürgen Rütgers, Ministro da Educação, Ciência, Investigação e Tecnologia da República Federal da Alemanha, um dos signatários em 1998 da declaração da Sorbonne, precursora da declaração de Bolonha, proclamou a morte de Humboldt numa reunião da Conferência de Reitores Alemães. O processo de Bolonha, ao introduzir uma visão utilitária do ensino superior como elemento chave de uma estratégia de crescimento e competitividade económicos, ao serviço das necessidades de curto prazo do mercado de trabalho, também contribuiu, de forma significativa, para estas transformações.

Estas alterações permitiram o ataque e subsequente enfraquecimento dos académicos que passaram de intocáveis profissionais a simples prestadores de serviços e, como tal, venais perdendo a sua aura de isenção, sendo vistos como inadequados para gerir as suas próprias instituições, e por isso foram substituídos por representantes do exterior nessas funções. Num relatório do Banco Mundial pode ler-se que **“o modelo tradicional de governo das universidades é uma forma de privatização de instituições públicas em benefício de grupos de interesses internos [os académicos]”**.

Contra esta nova visão de universidade já em 1989 Asa Briggs, um conhecido historiador inglês que foi vice-chancellor da Universidade de Sussex e da Open University, argumentava que as universidades não deviam ser simplesmente uma estação de serviços para os interesses já conhecidos das sociedades e das culturas e dos governos que sobre elas presidem. E muitos outros autores defenderam que as universidades não podem ser reduzidas a treinar os estudantes para o mercado de trabalho; elas têm uma responsabilidade muito maior para com a sociedade que consiste em educar os estudantes para serem cidadãos ativos e modelares, sensíveis aos problemas da sociedade e do ambiente e preparados para aprender e atualizar os seus conhecimentos durante a sua vida de trabalho. As universidades devem educar os seus estudantes para serem indivíduos prontos a aprender e não indivíduos prontos a trabalhar, condicionados por um conjunto de resultados de aprendizagem (learning outcomes) determinados pelas necessidades de curto prazo da economia.

Curiosamente, o modelo de Humboldt continua a perdurar na mente dos académicos que o usam como recurso para se oporem aos novos conceitos de universidade derivados do neoliberalismo. O modelo de Humboldt sempre representou um ideal de universidade acalentado pelos académicos, o que pode ser explicado pelo facto de os seus três pilares essenciais - livre procura da verdade, autogoverno académico e unidade do ensino e da investigação - terem origem desde o início da fundação deste tipo de instituições. A livre procura da verdade tem as suas raízes nas lutas contra a interferência da religião, o autogoverno remonta à organização dos académicos em corporações profissionais e a unidade do ensino e da investigação tem a sua origem nos seminários medievais como forma de debate. Por isso não admira que os académicos tenham aderido tão facilmente às ideias de Humboldt.

E, como argumenta Mitchell Ash, os arquitetos e os implementadores do Processo de Bologna nunca tiveram capacidade de formular, ou sequer de considerar, uma visão de ensino superior para o século XXI que vá para além de uma mera lógica económica ou administrativa. A nova ideia de universidade, que deixa de ser uma instituição para se transformar numa organização prestadora de serviços e fornecedora de mão-de-obra treinada para as necessidades imediatas do mercado de trabalho, produzindo investigação aplicada para satisfazer os pedidos da economia, está muito longe de criar uma narrativa alternativa capaz de suscitar o aplauso incondicional da maioria dos académicos.

Nos dias de hoje as universidades são confrontadas com duas alternativas estratégicas: ou reafirmar o ensino superior como um bem público ou submeter o ensino superior à disciplina dos mercados e aos métodos e valores das empresas, redefinindo a educação como um bem privado competitivo. Frank Newman considera que a alma das universidades deve ser defendida a todo o custo, e compreende três componentes essenciais: socializar os estudantes para que assumam as suas responsabilidades na sociedade, promover a mobilidade social de todos os cidadãos e ser a casa da procura desinteressada da verdade e da discussão aberta e sem restrições de questões críticas.

As universidades, herdeiras de uma tradição multissecular da procura de novos conhecimentos e da transmissão do conhecimento e da cultura, dotadas de uma reconhecida capacidade criativa e de um inegável espírito de iniciativa, sempre defensoras de um grande espírito internacionalista, devem promover de forma clara os seus valores tradicionais. E os universitários, por formação, devem estar permanentemente insatisfeitos com as situações estáticas, partindo sempre na busca de novas questões, a que não é alheia a capacidade de sonhar. Como dizia Fernando Pessoa:

*Triste de quem vive em casa
Contente com o seu lar,
Sem que um sonho, no erguer da asa,
Faça até mais rubra a brasa
da lareira a abandonar*

Segundo o Professor David Dili, “O mais necessário para o êxito da sobrevivência das universidades é que os seus líderes ajudem a definir, a articular e a comunicar os valores que guiarão as escolhas estratégicas do futuro. Para que a Universidade não se torne num negócio em que os pedidos do mercado serão o principal determinante da escolha dos programas académicos e da investigação, então é necessário que **“cada comunidade académica articule coletivamente os valores com base nos quais escolherá os programas de ensino, as áreas de investigação ou os serviços administrativos que irá manter”**”.

Por isso, sugiro que esta cerimónia de celebração dos 30 anos de cooperação entre a UFAM e a U.Porto seja usada como ponto de partida para a criação de um movimento das nossas universidades em prol, quer da defesa da Amazónia, quer da defesa da própria Universidade.

E em forma de agradecimento final permitam que recite um poema de Pablo Neruda, homenagem à Amazónia e aos seus rios, retirado da sua obra fundamental, Canto Geral:

*Amazonas,
capital das sílabas da água,
pai patriarca, és
a eternidade secreta
das fecundações,
te caem os rios como aves, te cobrem
os pistilos cor de incêndio,
os grandes troncos mortos te povoam de perfume,
a lua não pode vigiar-te ou medir-te.
És carregado de esperma verde
como árvore nupcial, és prateado
pela primavera selvagem,
és avermelhado de madeiras,
azul entre a lua das pedras,
vestido de vapor ferruginoso,
lento como um caminho de planeta.*

E termino agradecendo mais uma vez à UFAM e a todos os seus membros esta honraria que me concederam. Do meu lado, agora que a minha vida caminha para o fim, poderei dizer mais uma vez, como Pablo Neruda, “Confesso que vivi”.



UFAM